

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quatro

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Dr. Adilson Rocha Campos, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Afonso Basílio Jr., representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Denilza Aparecida da Silva, representante do Movimento Sindical; Sra. Edna Franco de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Fernando Antonio Barreto de Carvalho, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Gustavo Moreno Frias, representante do Movimento Sindical; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dra. Maria do Carmo Cabral Carpintero, Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Nadja Maria Moscoso Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Sr. Reginaldo Paiva, representante do Movimento Sindical; Sr. Renato Souza Santos, representante das associações de aposentados; Sra. Rosalina de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Dra. Tereza de Jesus Martins, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Dr. Eduardo de Michel, representante suplente dos hospitais não filantrópicos; Sra. Neusa Ap. Cardoso Carvalho, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público; Sr. Norton Martarello, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Dr. Roberto Mardem Soares Farias, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; representantes do Movimento Popular de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Idival Fantinato, representante das entidades de classe; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sra. Izabel P. de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. João Paulo Ribeiro, representante do Movimento Sindical; Sr. Luiz Antonio de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Nélio José de Carvalho, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos. Faltaram: Dr. Antonio César P. de Cillo, representante da PUCCAMP; Sra. Débora K. Haddad, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP; Sra. Shirley Garcia, representante das entidades patronais.

A ata da reunião constava das seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 26.05.04; 2) Correspondência recebida; 3) Convênios para Oftalmologia; 4) Prestação de contas referente ao exercício de 2003; 5) Ampliação do Convênio com Beneficência Portuguesa; 6) Informes.

Sr. Zétula iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião de 28.05, que foi aprovada pelos presentes com uma abstenção. Antes de dar início à pauta propriamente dita, Dra. Maria do Carmo comunicou o falecimento do Sr. Antonio Orlando, Presidente do Conselho Diretor do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, solicitando que, em pé, os presentes o homenageassem com um minuto de silêncio. Comunicou também o recebimento, pelo Hospital Mário Gatti, de prêmio concedido pelo Ministério da Saúde pelo compromisso com a humanização da atenção. Dra. Maria do Carmo fez uma reflexão sobre o ocorrido nas últimas reuniões do Conselho, reforçando o respeito da equipe da Secretaria aos conselheiros e o compromisso com o cumprimento das regras e a discussão sobre a necessidade de alteração, quando necessário. Sra. Yara leu manifesto do Movimento Popular de Saúde contendo também reflexão dos usuários sobre o ocorrido nas últimas reuniões. Sra. Sílvia comunicou recebimento de correspondência do Diretor da DIR XII indicando a Dra. Nadja Maria Moscoso Abdalla como representante titular daquela instituição, em substituição a Sra. Cláudia Mussi. Antes de apresentar a proposta de convênios para a área de oftalmologia, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho, Dr. Adilson lembrou a todos que havia sido aprovada pelo Conselho, com vigência de 3 meses, a renovação dos Termos Aditivos da Fundação Albert Sabin e Irmandade de Misericórdia para essa área, enquanto o grupo técnico discutia a readequação do atendimento em oftalmologia pelo SUS Campinas. A primeira proposta de convênio apresentada foi com a Fundação Penido Burnier, composto por consultas, cirurgias e uma série de procedimentos, com pagamento por produção, segundo a tabela SUS, num valor total mensal de R\$ 16.399,67, com vigência de 24 meses. O outro convênio apresentado era com a Fundação Raskin, que já vinha prestando serviços através da Fundação Albert Sabin, não havendo alterações significativas ao convênio anterior, também composto por consultas, cirurgias e procedimentos, com pagamento por produção, segundo a tabela SUS, num valor total mensal de R\$ 115.143,57, com vigência de 24 meses. A Fundação Raskin é referência regional em Cirurgia de catarata para as DIR de Campinas, Piracicaba e São João da Boa Vista. Já o Termo Aditivo ao convênio com a Irmandade de Misericórdia tem uma vigência de 28 meses, sendo composto por consultas, cirurgias e procedimentos, num valor mensal de R\$ 47.506,89, também com pagamento por produção segundo a tabela SUS. A vigência menor desse TA tem por objetivo coincidir com o prazo de vencimento do convênio global firmado com aquele hospital. Respondendo a Sra. Jenice, Dr. Adilson colocou que o fato da Fundação Raskin ter se tornado uma instituição filantrópica possibilitou que fosse firmado convênio diretamente com ela e não mais através da Fundação Albert Sabin. Colocou também que serão montadas comissões gestoras, nos mesmos moldes dos demais convênios. Sra. Denilza solicitou que a Fundação Raskin passasse a realizar estatística dos acidentes de trabalho atendidos, inclusive com abertura de CAT. Após terem sido esclarecidas todas as dúvidas dos conselheiros, as propostas de convênio foram colocadas em votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. O próximo ponto da pauta era a apresentação da Prestação de contas referente ao exercício de 2003. Antes de dar início à apresentação, Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, esclareceu que, após o adiamento daquele ponto da pauta na última reunião, os conselheiros fiscais se reuniram por duas vezes, tendo sido providenciada toda a documentação por eles solicitada e que essa prestação de contas estava disponível na internet, no "site" da Secretaria. Informou que o Conselho Fiscal havia dado parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2003. Passou a apresentar os dados, conforme documento encaminhado aos conselheiros, dados esses extraídos dos balancetes financeiros da Prefeitura e dos valores financeiros de caixa. A apresentação constou de tabelas e gráficos contendo as receitas municipais, transferências governamentais, receita do SUS, gastos totais da saúde, percentual de aplicação e evolução das despesas com saúde no período de 2000 a 2004. Nos dados de despesa total com saúde estão incluídos gastos com pessoal (60,71%), prestadores de serviços ao SUS (27,65%), outros serviços (4,53%), material de consumo (6,06%), obras e instalações (0,73%), equipamentos e material permanente (0,33%). As despesas com pessoal foram pagas com 92,57% de recursos próprios, estando incluídos nesse item os gastos com a folha de pagamento do Hospital Mário Gatti, e 7,43% com recursos SUS, sendo esses últimos referentes ao prêmio produtividade. Os gastos com material hospitalar e ambulatorial, bem como com medicamentos, representam cerca de 75% do total de gastos com material de consumo. Com relação à Emenda Constitucional 29, que determina que sejam aplicados 15% dos recursos em saúde, comunicou que em 2003 o percentual de aplicação de recursos foi de 23,56%, contra 20,34% em 2000, 21,49% em 2001, 22,90% em 2002, estando previstos, para 2004, 21,50%. Com relação à evolução das despesas nesse mesmo período, a participação percentual dos recursos SUS e próprios foi a seguinte: em 2000, as despesas totais com saúde foram pagas 36,82% com recursos SUS e 63,18% com recursos próprios; em 2001, 34,75% SUS e 65,25% próprios; em 2002, 33,11% SUS e 66,89% próprios; em 2003, 34,10% SUS e 65,90% próprios. Com relação aos gastos por habitante no período a evolução foi a seguinte: 2000 - R\$ 194,14; 2001 - 219,46; 2002 - R\$ 242,85; 2003 - R\$ 257,89. Por fim, Sr. Fábio apresentou a composição das receitas em 2003, qual seja: SUS Municipal - 66,06%; SUS Federal - 33,92%; SUS Estadual - 0,01%. Terminada a apresentação, foi aberta a palavra aos conselheiros para esclarecimentos. Na opinião do Sr. Afonso, se a Guarda Municipal fosse utilizada para exercer o seu verdadeiro papel, o recurso para pagamento de serviços de segurança poderia ser destinado a outra área da Secretaria. Respondendo ao Sr. Junior, Sr. Fábio informou que está sendo verificada a necessidade de equipamentos de segurança nas unidades, devendo as unidades receber o sistema de segurança adequado para cada situação. Esclareceu ao Sr. Renato que o parecer favorável à aprovação das contas havia sido dado pelo Conselho Fiscal atual. Ainda esclarecendo ao Sr. Renato, Dra. Maria do Carmo explicou que o fato da Secretaria gastar 60% dos recursos com pessoal não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal porque ela vale para a Prefeitura como um todo e não por Secretaria. Esclareceu que apesar desse percentual ainda há falta de profissionais porque houve um grande aumento na oferta de serviços (cerca de 60% a mais de atendimentos em relação ao ano 2000). Com relação à segurança, colocou que há a necessidade de se refazer a discussão sobre o papel da Guarda Municipal e como se daria a complementaridade do setor privado. Colocada em votação, a prestação de contas referente ao exercício de 2003 foi aprovada com uma abstenção. Terminado esse ponto, passou-se à apresentação da proposta de ampliação do convênio com a Beneficência Portuguesa, conforme documento encaminhado com antecedência aos conselheiros. Dr. Adilson colocou que, conforme já havia sido dito várias vezes ao Conselho, havia uma situação de estrangulamento de leitos para retaguarda de urgência/emergência, razão pela qual foi sugerida a ampliação do convênio com aquele hospital. A proposta prevê a contratação de 18 leitos em clínica médica, equivalendo a uma média de 78 AIH/mês, com valor estimado de R\$ 594,00 cada, perfazendo R\$ 46.332,00; 04 leitos de UTI, equivalendo a uma média de 100 diárias/mês, com valor estimado de R\$ 143,00 (conforme tabela SUS), perfazendo R\$ 14.300,00; 01 Médico horizontal - R\$ 4.000,00; 01 Gerente - R\$ 2.500,00; valor total de R\$ 67.132,00 mensais. Esclareceu que a razão da vigência ser de 28 meses era também para coincidir com o vencimento do convênio global já firmado com o hospital. Após terem sido prestados os esclarecimentos solicitados pelos conselheiros Renato, Jenice e Afonso, bem como as colocações da Dra. Vera, membro da diretoria da Beneficência Portuguesa, a proposta de ampliação do convênio foi colocada em votação, tendo sido aprovada com duas abstenções. A seguir, passou-se à seção de informes. Dra. Maria do Carmo informou que o governo do Estado estaria repassando recursos para abertura de 18 leitos de UTI no HC da UNICAMP e colocou estar convencida da importância do papel representado pelo Conselho e pela Secretaria de Saúde nessa questão. Comunicou também o recebimento de mais 8 novas ambulâncias para o SAMU, conforme compromisso assumido pelo Ministro da Saúde quando de sua visita a Campinas, e informou que a Secretaria já está recebendo os recursos referentes ao custeio daquele serviço. Sr. Xavier declarou que o Centro de Saúde São José vem enfrentando sérios problemas com falta de médico, solicitando providências. Sr. Renato comunicou o andamento dos trabalhos de preparação da visita dos alunos do projeto VERSUS. Sr. Afonso reforçou a colocação do Sr. Xavier sobre a falta de médicos no CS São José, denunciando inclusive o descumprimento de horário por parte dos profissionais. Dr. Adail comunicou o recebimento de cerca de R\$ 2.100 mil referentes aos projetos encaminhados ao Ministério da Saúde, bem como da primeira parcela do convênio relativo à residência médica. Repudiou a distribuição de cartas anônimas caluniando pessoas do hospital e propôs que fosse instituída uma tribuna livre nas reuniões do Conselho. Sra. Denilza convidou a todos para participar de debate sobre Reabilitação e Perícia Médica, a ser realizado no dia 24.06, das 8 às 17 horas, na Estação Cultural. Sr. João Olímpio solicitou esclarecimentos com relação à Farmácia Popular e também sobre a implantação do SAD Sudoeste pela PUCC. Respondendo às colocações dos Srs. Xavier e Afonso, Dra. Tereza esclareceu que o Distrito não havia sido informado sobre o problema, mas que estaria se dirigindo àquela unidade no dia seguinte para averiguar os acontecimentos e tomar as providências necessárias, convidando os Srs. Xavier e Waldomiro para acompanhá-la. Com relação à redução do horário de funcionamento da Unidade esclareceu que a decisão foi tomada em conjunto com o Conselho Local de Saúde e depois de estudada a demanda. Em resposta ao Sr. João Olímpio, Dra. Maria do Carmo esclareceu que havia colocado que não seria possível descentralizar o SAMU, pois haveria necessidade de disponibilizar equipe fixa, o que não é possível nesse momento, mas que as novas ambulâncias permitiriam a ampliação do atendimento pelo SAMU central. Esclareceu também que foi feita uma consulta ao Ministério sobre a possibilidade de instalação de uma farmácia popular, e que não havia sido discutido no Conselho por não se tratar de serviço do SUS. Com relação ao SAD informou que está sendo viabilizada sua implantação e que a Secretaria tem esperança de, em parceria com os conveniados, implantar os 4 SAD até o final do ano. Por último, declarou que nenhuma das unidades funciona à noite sem médico. Apesar disso, esclareceu que não há ilegalidade no fato de uma unidade básica funcionar sem a presença do médico, ao contrário do Pronto Socorro, que não pode ficar um minuto sequer sem a presença desse profissional. Dr. Adail apelou aos conselheiros para que, antes de fazer denúncias pouco aprofundadas, procurem os Conselhos Locais de Saúde para tentar resolver as questões. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

